



1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A OPÇÃO PELO EUCALIPTO NO EXTREMO SUL DA BAHIA

*Antônio Genilton Sant'Anna**

*Marcelino Serretti Leonel***

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar um panorama do processo de implantação dos empreendimentos florestais no extremo sul da Bahia, analisando as ações e medidas que foram tomadas ao longo do mesmo. Vale ressaltar que a análise aqui encetada toma como base uma perspectiva histórica e busca colaborar para o perfeito entendimento dos impactos sobre a estrutura socioeconômica e cultural da região. Espera-se, assim, enriquecer o debate acerca das atividades silviculturais e industriais, ligadas aos setores de produção de madeira, celulose e papel, bem como contribuir para a opção na tomada de decisão no que concerne à implantação de novos empreendimentos e na mudança de atividade daqueles setores tradicionais, a pecuária principalmente, que se veem diante de um dilema, ante à avalanche representada pela chegada dessa indústria na região.

Palavras-chave: Empreendimentos; silviculturais; madeira; celulose; papel.

Introdução

“O apagão verde está chegando” (SOUZA, 2005). Com este título, começa o artigo que analisa o setor madeireiro, publicado na revista EXAME, em sua parte integrante: Guia Exame 2005 - Agronegócio, do mês de agosto. A reportagem nos informa que antes do final da década, o Brasil deverá passar de exportador a importador de madeira reflorestada, apesar da abundância de terras agricultáveis e que, nos anos noventa e no início desta década, o Brasil cortou mais árvores do que plantou. Em 2002, derrubou 500.000 hectares de florestas e plantou só 300.000.

Na mesma revista, na reportagem seguinte, intitulada “O avanço dos estrangeiros” (HAMA, 2005), as seguintes informações adicionais são veiculadas no artigo: *O Brasil atrai multinacionais e caminha para tornar-se um pólo mundial de celulose*. Em setembro ganha uma fábrica de 1,2 bilhão de dólares na Bahia. A vantagem brasileira decorre de suas

***Antônio Genilton Sant'Anna** é bacharel em Administração Pública, especialista em Gestão Empresarial e Docência Superior, supervisor de EaD da UNITINS e professor da FASB.

** **Marcelino Serretti Leonel** é licenciado em Matemática, especialista em Fundamentos da Matemática, Informática em Educação e Matemática e Estatística, professor da UNEB e da FASB.



condições ambientais. Aqui, um eucalipto precisa de sete anos para crescer, enquanto as florestas de outras regiões da América do Sul demoram 12 anos. Em países como Portugal e Espanha, as árvores levam 15 anos para entrar em produção. O Brasil tem a segunda maior extensão territorial coberta por florestas do mundo, mas só 1% corresponde a árvores cultivadas, utilizadas para exploração comercial.

O extremo sul da Bahia, o norte do Espírito Santo e o nordeste de Minas Gerais são regiões altamente propícias ao cultivo do eucalipto. Conforme podemos constatar na figura 1, esta região está compreendida geograficamente nas mesmas coordenadas em que o eucalipto se originou.

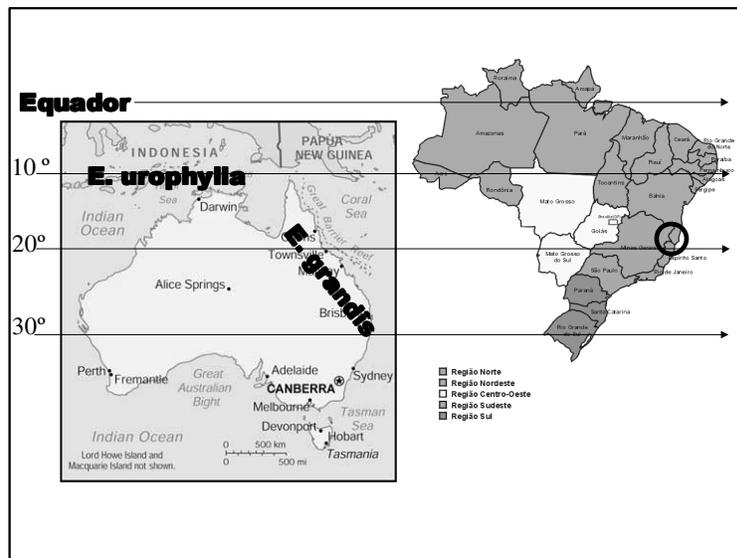


Figura 1 - Regiões propícias ao cultivo do eucalipto.
Fonte: SOUZA (2003).

Ante tal cenário e dadas as condições de excelência que o extremo sul da Bahia apresenta, a silvicultura aparece como uma forte opção de investimento na região. Assim, projetos florestais de eucalipto têm sido implantados e novas opções e modalidades se apresentam.

A análise dos fatores que permitem definir a melhor localização da indústria tem levado os estudiosos do assunto à formulação de teorias capazes de quantificar as diversas influências exercidas pelo espaço geográfico sobre as atividades econômicas. Essas teorias visam, em primeiro lugar, a dar resposta exata, tanto quanto possível, a perguntas como: “Onde produzir?”, “O que produzir?”, “Para quem produzir?”, “Quanto produzir?” e “Como produzir?”. Esses aspectos, juntamente com a localização ótima de um empreendimento (definida como a que assegura a maior diferença entre custos e benefícios, privados ou sociais, ou que permite a mais alta taxa de rentabilidade), devem, também, ser usados no setor florestal, como, por exemplo, na localização econômica de reflorestamentos, de fábricas de papel e celulose, de carvoarias e na melhor utilização dos diversos tipos de solos (REZENDE, 2001, p. 47).

Neste contexto, surgem novas formas de abordagens, tipologias,



modelos e arquiteturas organizacionais que têm como proposta a contextualização a esse novo ambiente. Uma destas novas abordagens organizacionais é a formação de redes interempresariais, baseadas na parceria, cooperação e complementaridade, partindo do princípio de que nenhuma empresa é independente ou auto-suficiente (CÂNDIDO; ABREU, 2000).

O entendimento deste contexto passou a ser importante na implementação de políticas de desenvolvimento regional. O extremo sul da Bahia está inserido em uma destas redes interempresariais na área de madeira, especificamente de eucalipto, constituído de empresas, como: fábricas de papel e celulose, viveiros de mudas, empresas de limpeza de terrenos e plantio de eucalipto, transporte, carvoarias, fábricas de móveis, serrarias e outras que competem e cooperam entre si, além das imensas florestas de eucalipto, que suprem a demanda gerada por esse complexo industrial, com todas as implicações econômicas, políticas e ambientais decorrentes. Daí porque buscar entender a maneira como esta tem impactado o desenvolvimento da região, haja vista a capacidade que o setor tem de alavancar esse desenvolvimento, atraindo e agregando empresas de outros setores, como hotéis, instituições de ensino, hospitais, supermercados e outras atividades comerciais, industriais e de serviços. Como consequência, esse complexo multiempresarial tem atraído muitos profissionais especializados, como engenheiros, administradores, economistas, advogados, médicos, odontólogos, farmacêuticos e profissionais de outras áreas, que acabam implementando o desenvolvimento regional e elevando o nível de renda da população.

Madeira: uma vocação regional

Delimitada ao Norte pelo rio Jequitinhonha, ao Sul pela divisa com o Espírito Santo, a Leste pelo oceano atlântico e a Oeste pela divisa com Minas Gerais, a região conhecida por extremo sul da Bahia certamente não é uma região qualquer. Foi ali que há pouco mais de quinhentos anos, a esquadra de Pedro Álvares Cabral lançou suas âncoras. É ali que, ainda hoje, podemos encontrar importantes áreas remanescentes da mata atlântica, com sua grande biodiversidade e ecossistema único. É ali, também, que se encontram dois dos mais importantes parques nacionais: o Parque Marinho de Abrolhos e o Parque de Monte Pascoal.

Integram esta região, vinte e um municípios, a saber: Belmonte, Itapebi, Itagimirim, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Guaratinga, Itabela, Itamaraju, Prado, Jucuruçu, Vereda, Alcobaça, Caravelas, Teixeira de Freitas, Itanhém, Medeiros Neto, Lagedão, Ibirapuã, Mucuri e Nova Viçosa, que aparecem em destaque no mapa do Estado da Bahia, representado na figura 2.

A vocação regional do Extremo Sul da Bahia, para a produção de madeira, remonta à época do descobrimento:

Desde os primeiros instantes após o descobrimento, travaram-se relações entre os colonizadores e os indígenas. Os primeiros, numericamente inferiores, necessitavam de trabalhadores para o escambo do pau-brasil, enquanto os outros submetiam-se ao árduo trabalho de derrubada das árvores, em troca de objetos de pouco valor, tais como, colares, tecidos, facas, etc (KOOPMANS, 1997).



A partir da década de cinquenta, do século XX, impulsionado principalmente pelos incentivos do recém-criado Banco do Nordeste, começa um processo de desmatamento sistemático na região para a criação de gado e lavoura. Porém, é no início da década de setenta, com a inauguração, em 22 de abril de 1973, do trecho que liga Vitória no Espírito Santo a Salvador na Bahia, da rodovia BR-101, que a extração de madeira ganha uma escala avassaladora. A abundância de madeiras consideradas nobres, aliadas aos incentivos fiscais, atraiu, para a região, grandes madeireiros do norte de Minas Gerais e, principalmente, do Espírito Santo. A região foi devastada. No lugar da floresta nativa de mata atlântica, surgiram grandes pastagens e a lavoura, destacando-se a produção de curcubitáceas e mamão.



Figura 2 - Mapa do Estado da Bahia.
Fonte: SEI-BA (2005). Com adaptações

No final da década de 60, leis de incentivos fiscais para plantio florestais fizeram com que surgissem projetos de plantio de eucalipto, perfeitamente adaptados às condições de solo e clima do Extremo Sul da Bahia. Entre 1974 e 1982, iniciam-se as plantações de eucaliptos feitas pela Flonibra - Florestas Rio Doce, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce, com o intuito de fornecer matéria prima para a Cenibra - Celulose Nipo-Brasileira S.A.

O projeto da nova fábrica aproveitava os plantios realizados pela antiga Flonibra, feitos para implantação de duas fábricas (uma no norte do Espírito Santo e outra no sul da Bahia), que após negociações políticas resultou na implantação da Cenibra em Minas Gerais e no abandono do projeto inicial. (FLORIANO, 2004)



Com a decisão de implantação da planta industrial em Belo Oriente – MG, distante, portanto, das florestas, este projeto foi abandonado e, em seu lugar, em 1987, foi fundada a Bahia Sul Celulose S.A, hoje Suzano Papel e Celulose, que incorporou as florestas até então implantadas (inicialmente a Cia Vale do Rio Doce foi sócia do projeto) e, após a constituição da empresa, passou a realizar novos plantios, a partir de maio de 1988. As atividades de colheita foram iniciadas em meados de 1990 e o transporte de madeira para a nova fábrica, no começo de 1992 (INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA, 2006).

A Vale possuía na região uma grande reserva para reflorestamento. Queria aproveitar a menor distância com a Europa e criar uma companhia vocacionada para a exportação. Foram investidos US\$ 1,5 bilhão na nova empresa, a Bahia Sul, um dos maiores projetos do Brasil na época. As obras começaram em 1987 e a fábrica entrou em operação em 1992.

Depois de enfrentar anos difíceis de crise no mercado e endividamento, a Bahia Sul abriu asas potentes, com alto grau de qualidade e eficiência que lhe garantiram, em 2001, a conquista do Prêmio Nacional da Qualidade. Foi também a primeira empresa produtora de papel e celulose no mundo a obter a certificação ISO 14001, comprovante da excelência na preservação do meio ambiente. E, como dado encorajador para o futuro, tem a possibilidade de ser até triplicada, já que a região é bastante ampla. (CONY, 2002)

A Unidade fabril iniciou a produção de celulose em março de 1992 e, em fevereiro de 1993, entrou em operação a máquina de papel. Em junho de 2001 a Cia. Suzano de Papel e Celulose adquiriu a totalidade das ações da Cia. Vale do Rio Doce na Bahia Sul Celulose S.A.

Vale ressaltar que a cultura do eucalipto tem ocupado áreas já desmatadas, principalmente pastagens degradadas, provocando melhorias ambientais em relação ao uso anterior, visíveis em um curto espaço de tempo. Floriano (2004) assegura que os cultivos florestais são menos impactantes do que as pastagens, sendo que apresentam maiores vantagens durante os períodos em que o coberto arbóreo é fechado.

Segundo o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (2006), a Suzano Papel e Celulose S.A. – Unidade Mucuri - é uma empresa privada responsável por uma UMF – Unidade de Manejo Florestal com área total de 168.794 ha no extremo sul da Bahia e norte do Espírito Santo. Essa UMF mantém plantações florestais de eucaliptos em 92.651 ha, uma área de 8.862 ha disponíveis para plantio (áreas em reformas e implantação) e ainda, 58.560 ha com áreas dedicadas à recuperação e conservação de ecossistemas naturais.

O projeto da Bahia Sul Celulose, do Grupo Suzano, é responsável por 3,9 mil empregos diretos (próprios e de terceiros) e pelo menos 15 mil indiretos, nos seus projetos florestal e industrial (ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 2005).

O impacto da Unidade Mucuri, nessa região, é realmente notável, resultado de um planejamento eficiente e de uma postura responsável com a comunidade e com o meio ambiente.

A Cidade de Mucuri, sede do município onde a indústria foi implantada, era apenas uma vila de pescadores à beira mar com uma só rua calçada, sem saneamento básico, sem hospitais, sem escolas secundárias, com acesso à BR-101 por uma estrada de terra mal conservada de 40 km. Durante a implantação da fábrica o



Antonio Genilton Sant'Anna e Marcelino Serreti Leonel

acesso à Cidade foi asfaltado, próximo à fábrica foram construídos um campo de pouso para jatos de médio porte, uma vila residencial, um excelente hospital e uma ótima escola de 1º e 2º graus e foi instalado um posto telefônico. Hoje, há, na Cidade, um posto de saúde bem aparelhado, as ruas foram calçadas, o saneamento vem melhorando dia a dia e as demais escolas do município foram melhoradas e equipadas (FLORIANO, 2004).

Paralelamente, 1991 marca o início de atividades da Veracruz Florestal Ltda., em Eunápolis, BA, como subsidiária da Odebrecht. A empresa realiza suas primeiras aquisições de terras no sul da Bahia, entre elas a Estação Veracruz. Em 1992 tem início o plantio de eucaliptos. Após a ocorrência de uma associação entre a Odebrecht e Stora, uma empresa sueca, em 1998 dá-se a mudança da razão social para Veracel Celulose S/A e têm início os estudos de viabilidade da fábrica. Em 1999 ocorre a fusão entre a Stora e a Enso, finlandesa, formando a Stora Enso, que confirma interesse no projeto. O ano 2000 é marcado pelo ingresso da Aracruz celulose no empreendimento e pela redução da participação da Odebrecht. Em 2001 tem início a construção do Terminal Marítimo de Belmonte – TMB, assim como se iniciam, também, as operações de colheita florestal nos cerca de 60 mil hectares plantados. Com a entrada em operação do Terminal Marítimo de Belmonte, propiciando o início das operações de transporte de madeira, 2002 marca o início da fase operacional, com a venda de madeira para a Aracruz. Finalmente, no ano de 2003, é finalizado o estudo de viabilidade do projeto industrial. A Odebrecht vende a sua participação aos outros sócios e é tomada a decisão sobre o início das obras, culminando, em 2005, com o início das operações industriais.

A Veracel Celulose S.A. é um empreendimento orçado em US\$ 1,25 bilhão, que será a maior e mais avançada fábrica de celulose em linha única do mundo. A partir de 2005, estará produzindo 900 mil toneladas por ano de celulose branqueada de eucalipto ECF, exclusivamente a partir de plantios sustentáveis.

Sediada em Eunápolis, no extremo sul do Estado da Bahia, a Veracel é um projeto agro-industrial integrado, controlado por duas grandes empresas de porte internacional: a brasileira Aracruz Celulose e a sueco-finlandesa Stora Enso.

Para produzir a matéria-prima a ser utilizada na produção de celulose, a Veracel desenvolve um avançado programa de manejo florestal que hoje se estende por 70 mil hectares de terras em nove municípios do Sul da Bahia. Quando totalmente implantado, o programa implica na ocupação média de 50% dos 147 mil hectares de terras que pertencem à Veracel. Quase a totalidade das áreas restantes está sendo recoberta por reservas de Mata Atlântica, num programa ambiental que visa a recuperar e preservar os remanescentes deste que é um dos mais importantes ecossistemas florestais do Brasil.

A Veracel hoje lidera um importante ciclo de desenvolvimento econômico na região: a empresa gera impostos, empregos e renda, compra serviços e produtos de fornecedores locais, investe em projetos sociais e ambientais e de infra-estrutura urbana e rural. (VERACEL, 2005)

Para atingir a produção de 900 mil toneladas/ano de celulose, será necessária uma área complementar de 23 mil hectares de eucaliptos. Para isso, a Veracel está implementando um Programa de Fomento Florestal junto aos proprietários de terra na região.

As empresas do setor de papel e celulose, com a necessidade de assegurar o abastecimento de matéria prima (eucalipto), e usando as políticas públicas dos anos 70 e 80 até os anos 90, se tornaram grandes proprietárias de terras para o plantio do eucalipto, com participação



relativamente pequena dos produtores rurais no plantio de florestas comerciais.

A concentração fundiária é uma realidade, haja vista as enormes propriedades rurais das empresas, necessárias aos plantios que as tornam auto-suficientes em matéria-prima para cumprimento da legislação vigente (Instrução Normativa IBAMA nº 001/80). Uma das formas de evitar problemas mais graves é a limitação do percentual por município que pode ser dedicado à atividade. (FLORIANO, 2004)

A expansão de seus plantios deverá, cada vez mais, ter, também, a participação de programas de fomento, viabilizando aos produtores rurais do extremo sul da Bahia uma possibilidade de diversificação de produtos nas áreas que até então eram ocupadas pela pecuária ou agricultura, esta última em franca decadência na região, em virtude da enorme quantidade de doenças de difícil erradicação, principalmente na cultura do mamão.

Desta forma, a madeira consolida-se, na região, como principal atividade econômica e a força, da histórica vocação regional, parece, finalmente, ter-se estabelecido peremptoriamente.

Fomento florestal

O termo fomento é utilizado para caracterizar atividades centradas na promoção do desenvolvimento rural, tanto na área florestal como na agropecuária.

Assim, os programas de fomento florestal das empresas que atuam na região disponibilizam aos proprietários de terra a oportunidade de atuarem como parceiros no cultivo de eucalipto. Pelo programa, os produtores rurais podem plantar eucalipto em terras de sua propriedade, hoje não utilizadas, contando com assistência técnica das empresas e garantia da compra da produção.

O fomento florestal é uma atividade vantajosa para todos: para as empresas, pois garante o suprimento de madeira para a produção de celulose e para os proprietários rurais por constituir-se em uma fonte de renda adicional na propriedade.

Nestas condições, o programa de fomento florestal é visto como uma possibilidade de retorno do investimento em matéria-prima, a custos compatíveis, e também uma forma de propiciar uma melhoria em sua imagem com as parcerias formadas (OLIVEIRA, 2003).

Um dos mecanismos de combate à pobreza que a FAO quer estimular com o código de boas práticas é o fomento florestal.

Nessa modalidade de plantio, pequenos e médios agricultores passam a cultivar eucalipto a partir de mudas e apoio técnico oferecidos pelas empresas. Depois, tornam-se fornecedores de matéria-prima para a indústria. O fomento florestal está tomando força e se revela uma eficaz alternativa de geração de renda no meio rural, além de ser estratégico para as empresas, que passam a investir menos na aquisição de novas terras para a silvicultura.

Criado em 1990, o Programa Produtor Florestal da Aracruz atualmente abrange cerca de 3 mil contratos e alcança 131 municípios, sendo 67 do Espírito Santo, 40



Antonio Genilton Sant'Anna e Marcelino Serreti Leonel

de Minas Gerais, 14 da Bahia e 10 do Rio Grande do Sul. Conta com cerca de 71 mil hectares contratados, dos quais 62 mil hectares já plantados com eucalipto, com a área média por contrato de 23,5 hectares. (ARACRUZ, 2005)

A Suzano iniciou o Programa de Fomento de Madeira no ano 1992, na unidade Mucuri, na Bahia. Esta prática impulsionou a formação de florestas de eucalipto em áreas de terceiros, totalizando atualmente uma área de 29 mil hectares na Bahia. Atualmente, a madeira que a companhia compra de fomentados totaliza 2 % do volume anual consumido pela Fábrica de Mucuri. A meta é que a participação da madeira de terceiros no abastecimento industrial alcance até 25% do total demandado por esta unidade. (SUZANO, 2005)

Devido ao crescimento populacional e econômico de muitos países, há um aumento no consumo de papel, levando a um consumo de madeira da ordem de 1,6 bilhão de metros cúbicos/ano, havendo projeções para 2050 de 2 a 3 bilhões m³/ano, com um aumento aproximado de 60 milhões m³/ano. Atender à demanda futura sem degradar as florestas naturais somente poderá ser conseguido se aumentarmos a eficiência e eficácia da produção, da exploração e da conversão da matéria-prima (CAMPANHOLA¹, 2004).

Segundo Lima² (2004), mesmo com este cenário promissor, o setor madeireiro, que fornece matéria-prima para vários setores, como no nosso caso – Papel e Celulose, encontra um sério entrave, já apontado pelo Ministério do Meio Ambiente: após 2004, parte da indústria brasileira processadora de madeira terá que importar matéria-prima, pois a expansão do plantio florestal está limitada pela ausência de financiamentos adequados, principalmente com o fim do Fundo de Incentivo Setorial (FISSET), em 1987. Hoje, o BNDES figura como a principal alternativa de financiamento para o plantio de florestas.

Com a crescente demanda por madeira, em face da expansão das empresas produtoras de papel e celulose, torna-se necessário que sejam encontradas alternativas adequadas a esse novo contexto.

As empresas de papel e celulose, instaladas na região norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia, criaram e implementaram programas de fomento florestal adaptados à região.

No extremo sul da Bahia, região com vocação florestal devido aos fatores já citados, nada impede de se fazer a Reposição Florestal, que é o conjunto de ações desenvolvidas que visam estabelecer a continuidade do abastecimento de matéria-prima florestal aos diversos segmentos consumidores, através da obrigatoriedade da recomposição do volume explorado, mediante o plantio com espécies florestais adequadas.

A reposição florestal deve ser feita seguindo orientação do órgão competente – IBAMA. Este estabelece que: Os pequenos e médios produtores rurais podem fazer a Reposição Florestal com a finalidade de produzir matéria-prima através da execução ou participação em Programa de Fomento, sob a administração de pessoa física e jurídica registrada no IBAMA, nas categorias de Empresa Administradora,

¹ Clayton Campanhola é pesquisador e diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

² Lupércio Barros Lima é Presidente da Tora S.A. e membro do Conselho Florestal do Movimento Espírito Santo em Ação.



Especializada, Associação Florestal ou Cooperativa Florestal (IBAMA, 2004).

Cabe à empresa responsável pela Administração do Fomento Florestal fornecer ao proprietário rural as mudas para o plantio, replantio e assistência técnica. Aos proprietários rurais cabe realizar manutenção e conservação do povoamento.

O fomento florestal está se transformando, para algumas empresas, em importante instrumento para indução do desenvolvimento sustentável no meio rural. Na medida em que a plantação florestal entra na propriedade como atividade complementar e, adotando-se moderna tecnologia, obriga, naturalmente, o produtor rural a refletir a respeito da ocupação e de todo o processo produtivo de sua propriedade.

Dados do Programa Nacional de Florestas (PNF) do governo federal apontam para um aumento da área de plantios fomentados no ano passado. A área destinada ao plantio de florestas no País inteiro foi de 465 mil hectares. Destes, 85 mil hectares originaram-se de programas de fomento, coordenados por empresas e outras instituições, geralmente em pequenas e médias propriedades (CELULOSEONLINE, 2005).

Para Cornacchioni³ (2005), um dos grandes méritos do fomento é socializar o plantio do eucalipto, de modo que este não se concentre em grandes propriedades.

O programa de fomento contribui para não haver o êxodo rural, ou seja, evita que o proprietário rural venda a sua terra e migre para as cidades, estimulando o proprietário a permanecer no campo ao incentivá-lo a utilizar as suas terras, geralmente ocupadas por pastagens naturais degradadas. Diversifica, assim, a sua produção e, conseqüentemente, gera uma renda adicional.

A atividade de fomento florestal, através da qual a produção de matéria-prima para a indústria de papel e celulose passa a ser de forma integrada com o produtor rural, é uma estratégia empresarial que reduz ou elimina a necessidade de compra de terras, tendo como principal objetivo promover a implantação de florestas econômicas de baixo custo, através do estabelecimento de uma parceria entre a empresa e o proprietário rural (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA, 2005).

Para Valverde (2000), o setor florestal no Brasil tem se mostrado de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico, seja na geração de empregos diretos e indiretos, rural e urbano, seja na arrecadação de impostos, no pagamento de salários, na geração de divisas e na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

As empresas produtoras de papel e celulose, instaladas na região do extremo sul da Bahia, não aplicam um modelo único de fomento. Assim sendo, para cada região e para cada indústria há sempre uma solução mais adequada que visa compatibilizar o interesse da empresa com o do proprietário rural.

³ Luiz Cornacchioni, gerente de Recursos Naturais da Suzano.



Considerações sobre o eucalipto

Do grego *eu* = boa e *kalyptós* = cobertura (que neste caso refere-se ao solo), o eucalipto, uma árvore australiana muito bem adaptada ao Brasil, está se tornando a principal alternativa de suprimento de matéria-prima destinada aos mais diversos setores industriais de base florestal.

Segundo Nahuz et al. (1998), o eucalipto foi introduzido no Brasil, no início do século XX e a expansão da eucaliptocultura brasileira deve-se ao trabalho desenvolvido pelo Dr. Edmundo Navarro de Andrade e pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Inicialmente, foi utilizado para a produção de madeira para lenha e carvão. Em seguida, passou a ser utilizado como poste de energia e de telefonia e também como moirões para cercas.

Até o início dos anos 60, a celulose de eucalipto só era produzida em laboratório e o eucalipto era classificado pela literatura científica como imprópria para a fabricação de papel de imprensa ou de escritório.

Em meados dos anos 50, porém, Max Feffer, filho mais velho de Leon Feffer, fundador da Cia. Suzano de Papel e Celulose, inicia estudos que irão mudar esta realidade:

Após as pesquisas conclusivas, conduzidas por ele próprio nos laboratórios da Universidade da Flórida, na cidade de Gainesville, foi possível obter papel de qualidade com 100% de celulose de eucalipto. Os estudos duraram seis anos, de 1955 a 1961, e o novo produto passou a ser fabricado no moderno parque industrial adquirido em 1956 no município de Suzano, próximo a São Paulo, razão pela qual o nome da empresa havia mudado para Companhia Suzano de Papel e Celulose. Os rolos e resmas saídos das máquinas da Suzano mudariam não apenas a história da empresa, mas de todo o setor de celulose e papel do País.

O eucalipto cresce em seis ou sete anos, enquanto as árvores mais usadas para a fabricação de papel no resto do mundo, o pinus, por exemplo, demoram de 15 a 25 anos. Com a posterior adoção da celulose de eucalipto por outras indústrias nacionais, o Brasil, que sempre acusara déficit na balança de custeio do setor, virou exportador altamente competitivo no mercado internacional. Em 1978, pela primeira vez o País registrou superávit na área. (CONY, 2002)

Assim, o eucalipto passa, também, a ser matéria-prima para as indústrias de celulose e papel, posteriormente para chapas e madeira aglomerada e, mais recentemente, para as indústrias de MDF e de móveis.

As espécies mais utilizadas no Brasil são: *Eucalyptus grandis*, *E. saligna*, *E. urophylla*, e *E. viminalis* (SOUZA, 2003). Dentre as espécies do gênero, o *Eucalyptus grandis*, uma das espécies mais plantadas no mundo, é considerado uma das madeiras mais versáteis e indicada para múltiplos usos. Esta espécie apresenta boa adaptação em todas as regiões do Brasil, com elevado potencial para plantios em larga escala. A opção pelo *E. grandis* no Brasil está relacionada à excelente resposta silvicultural da espécie, boa forma e rápido crescimento, além de propriedades desejáveis para usos múltiplos.

O efeito da floresta de eucalipto sobre a água do solo é semelhante ao de outras culturas com alta produtividade, com algumas vantagens sobre culturas anuais, conforme a Revista da Madeira (set./2001). As espécies de *Eucalyptus* cultivadas em solo brasileiro são tão eficientes na economia da água que retiram do solo como outras espécies florestais e



mais eficientes que a maioria das culturas anuais. Segundo Floriano (2004), o plantio de eucalipto não aumenta as chuvas, mas também não conduz à desertificação; sua atuação sobre o solo é benéfica, diminuindo o processo de erosão, melhorando as condições de infiltração, de armazenagem de água e as propriedades químicas e físicas do solo.

A maior área de floresta plantada de eucalipto, do mundo, está no Brasil. Graças à variabilidade de espécies de eucalipto introduzidas no país, base das pesquisas de melhoramento florestal, este detém, também, expressiva participação mundial no desenvolvimento científico do gênero.

Conclusões e recomendações

No que concerne aos aspectos ambientais, a análise do aglomerado produtivo madeireiro, especificamente quanto ao plantio do eucalipto, existente no extremo sul da Bahia, conduz, resumidamente, à conclusão de que essas plantações não são incompatíveis com a preservação do meio ambiente. O conhecimento até então disponibilizado pela ciência, e amplamente utilizado na prática dos empreendimentos florestais da região em questão, tem permitido utilizar sistemas de produção que conservam, em grande medida, os mecanismos de regulação ecológica. Da mesma forma, os princípios de desenvolvimento sustentável, que norteiam as práticas de plantio, como, por exemplo, o cultivo mínimo, que possibilita que as plantações interfiram minimamente nas características físico-químicas do solo, além do plantio em mosaico, onde os talhões de eucalipto são entremeados por mata nativa, geralmente coincidindo com a existência de nascentes, córregos e rios.

As florestas de eucalipto, ao ocuparem áreas degradadas, ou mesmo ao substituírem o capim das pastagens, vão além da mera conservação. Estas, ao criarem espaço para a preservação da vegetação nativa, coisa que os pecuaristas raramente fazem, acabam criando e ampliando as condições favoráveis à recomposição da qualidade dos recursos abióticos (água e solo), além de promoverem melhores condições para várias espécies da flora e da fauna.

Quanto aos aspectos socioeconômicos e culturais, conclui-se que as atividades ligadas à indústria madeireira, no Extremo Sul da Bahia, interferem, significativamente nestes, implicando em profundas alterações, haja vista que esse processo funciona como um poderoso atrativo populacional e de investimentos, alterando configurações de poder. Conseqüentemente, isso tudo leva a profundas alterações nesse quadro, que passa a ser muito diferente daquele vigente até então. Desde o início de sua implantação, a estrutura econômica e social da região tem passado por profundas transformações.

À medida que projetos voltados para o plantio do eucalipto e para a produção de celulose eram implantados na região, foi-se melhorando a infra-estrutura, notadamente aquela inter-relacionada com os projetos, como a ampliação e a melhoria da malha viária, o reforço das linhas de transmissão de energia elétrica, investimentos em saneamento básico, incluindo-se a ampliação dos sistemas de abastecimento de água, melhoria dos sistemas de limpeza urbana, inclusive aumentando o maquinário e a frota utilizada na coleta de lixo e, sobretudo, implantando-se alguns aterros sanitários controlados, além de alguns investimentos, ainda que incipientes, na rede de coleta e de tratamento de efluentes domésticos, o que contribuiu, de uma certa



forma, para incentivar o turismo. (DIAS, 2001)

Em Mucuri, a Suzano mantém projetos sociais que refletem, em grande medida, a preocupação com o desenvolvimento social da comunidade: a Associação Comunitária Golfinho e o Centro Cultural Golfinho. Também são disponibilizadas duas escolas no município, da educação infantil ao segundo grau, além de um hospital e uma clínica. Fora isso, a empresa promove, na região em que atua, programas de alfabetização de adultos e de educação ambiental, bem como promove e apóia inúmeros eventos sócio-culturais.

No entanto, nem tudo são benesses. A conseqüência ruim, mais visível desse processo, é o crescimento populacional desordenado dos centros urbanos. Estes, além de receberem um contingente populacional de migrantes, atraídos à região pelo crescimento econômico e pela falta de mão-de-obra qualificada, recebem também, aqueles que são expulsos da terra onde se empregavam. Constituem-se, em sua maioria, de profissionais ligados à pecuária bovina, de leite e de corte, nascidos e criados na zona rural, geralmente analfabetos, e que têm sob dependência direta, várias pessoas – esposa, filhos e outros agregados, também analfabetos ou com baixíssimo grau de escolaridade. Estes não encontram nenhuma oportunidade no ambiente urbano, vindo a se constituírem excluídos do processo e, pior, da sociedade, passando a fazer parte de um contingente de miseráveis, que tem crescido assustadoramente na região. Decorrência disso é o forte processo de favelização que vem ocorrendo, acompanhado de um sensível aumento nos índices de violência, fatos que ocorrem principalmente nos municípios de Teixeira de Freitas, Itamaraju, Eunápolis e Porto Seguro.

Cabe, portanto, ao poder público, investir na formulação de programas que visem à inserção social desses indivíduos. Aliás, existe mesmo a exigência legal para tanto. A lei n° 8742/93, conhecida como LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, em seu capítulo IV, seção V-Dos projetos de enfrentamento de pobreza, art. 25, dispõe:

Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Paralelamente a programas de médio e longo-prazo, deve-se cuidar emergencialmente da situação no presente. Assim, medidas que visem garantir a alimentação da população, sem o conseqüente aumento no custo de vida, devem ser tomadas. Uma forma de encaminhamento desta questão seria garantir áreas destinadas à agricultura, o que reduziria a pressão por importação de alimentos de outras regiões, fato que encarece os produtos. Cabe a cada município reservar, legalmente, uma parcela de seu território para esse fim, assim como é feito para as reservas naturais.

Problema igualmente preocupante diz respeito à moradia. Deve-se investir em programas habitacionais, devidamente acompanhados de saneamento básico. Vale lembrar, no entanto, que soluções simplistas neste campo, como, por exemplo, programas que se assemelham à doação de casas populares, podem redundar em outro tipo de problema. Encontram-se, na região, moradores, desempregados,



agraciados com esse tipo de benefício, que não conseguem pagar suas contas de energia elétrica e água, tendo esses serviços interrompidos pelas concessionárias, bem como casas em franco processo de deterioração por falta de manutenção. Assim, soluções preventivas nesse sentido devem ser encaminhadas, paralelamente a esses programas. Novamente pode-se reportar à lei 8742/93, que no seu art. 26 dispõe: “ incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentarse-á em mecanismos de articulação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil”. Desta forma, uma alternativa seria a implantação de programas de capacitação profissional da população, com subsídios para a criação de cooperativas ou com a implantação de incubadoras de negócios, de preferência ligadas à indústria madeireira, por aproveitar a matéria-prima (eucalipto), e, para atender às necessidades básicas, programas ligados às indústrias alimentícia e de vestuário.

ABSTRACT

The objective of this work is to present a view of implantation process of the forest enterprises in the Bahia Extremity South, analyzing the actions and measures that had been taken on the long of it. It's valid to point out that the analysis here started takes as base a historical perspective and tries to cooperate for the perfect understanding of the impacts on the social-economic and cultural structure of the region. It is expected, thus, to enrich the debate concerning the silviculturais and industrial activities, related to the sectors of wooden, cellulose and paper production, as well as to contribute in the decision about the implantation of new enterprises and in the change of activity of those traditional sectors, predominantly the cattle raising, that are up against a quandary, in front of the avalanche represented for the arrival of this industry in the region.

Keywords: Enterprises; silviculturais; wooden; cellulose; paper

REFERÊNCIAS

ARACRUZ. Contém informações institucionais, financeiras, sociais e técnicas. Disponível em: <<http://www.aracruz.com.br/pt/index.htm>>. Acesso: em 21 ago. 2005.

ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – AGECOM. 2005. Disponível em:< <http://www.agecom.ba.gov.br//>>. Acesso em: 18 maio 2005.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 7 set. 2005.



CAMPANHOLA, Clayton. *A pesquisa florestal brasileira*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, 2004.

CONY, Carlos Heitor. *Perfil corporativo*. Empresas Suzano, 2002.

CORNACCHIONI, Luiz. Cultivo de florestas promove ganho social. Disponível em: *Revista eletrônica – Celuloseonline*. <<http://www.sif.org.br/conexao>>. Acesso em: 18 de maio de 2005.

_____. *A questão florestal e o desenvolvimento*: fomento florestal e aspectos sociais. Suzano – BNDES. São Paulo. 2003.

DIAS, Noilton Jorge. Os impactos da moderna indústria no Extremo Sul da Bahia: expectativas e frustrações. *Bahia Análise e Dados*. Salvador, BA. SEI v.10 n.4 p.320-325 Março 2001

FLORIANO, Eduardo Pagel. *Metodologia para avaliação de impactos ambientais na eucaliptocultura para fabricação de celulose*. Santa Rosa, ANORGS, 2004.

HAMA, Lia. O avanço dos estrangeiros. *GUIA EXAME 2005 – Agronegócio*, parte integrante da revista EXAME. ed. 849, n.16, ano 39, 17 ago. 2005 (artigo).

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE e dos RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Documento: *REPOSIÇÃO FLORESTAL*. Disponível em: < <http://www2.ibama.gov.br/flores/repflor/reposicao.htm>>. Acesso em: 20 abr. de 2005.

KOOPMANS, Pe. José. *Além do eucalipto*: o papel do extremo sul. Salvador: BDA, 1997.

LIMA, Lupércio Barros. *Madeira reflorestada e exportação*: caminhos para um setor em franco crescimento. Disponível em:<<http://www.ambientebrasil.com.br/>>. Acesso em: 20 maio de 2005.

LOPES, Merielen de Carvalho. *Agrupamento de árvores matrizes de Eucalyptus grandis em função das variáveis dendrométricas e das características tecnológicas da madeira*. Dissertação (mestrado), 93 f. : il. – Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. 2000. *Programa Nacional de Florestas – PNF*. Brasília: MMA. 2000.

NAHUZ, M. A. R., FRANCO, N., FIGUEROA, F. M. Z. O uso estrutural da madeira de eucalipto: a experiência do IPT. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUTOS SÓLIDOS DE MADEIRA DE ALTA TECNOLOGIA E ENCONTRO SOBRE TECNOLOGIA APROPRIADAS DE DESDOBRO, SECAGEM E UTILIZAÇÃO DA MADEIRA DE EUCALIPTO. Anais. Belo Horizonte: SIF, 1998.

OLIVEIRA, J. T. S. *Caracterização da madeira de eucalipto para a construção civil*. 1997. 428f. Tese (Doutorado em Engenharia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. Experiência mundial com a madeira de eucalipto. *Revista da Madeira*. v.9, n. 54, Curitiba, 2001. p. 98.

OLIVEIRA, J. T. S., HELLMEISTER, J. C., SIMÕES, J. W., TOMAZELLI FILHO, M. *Caracterização da madeira de sete espécies de eucaliptos para a construção civil*. Scientia Forestalis, Piracicaba: IPEF, 1999.



OLIVEIRA, Rogério Soares de. *Diagnóstico e indicadores de sustentabilidade em fomento florestal no estado do Espírito Santo*. 2003. 1 v. Tese (dissertação) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2003.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA. Resumo Público de Certificação de Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. *Unidade Mucuri Certificado n°: SW-FM/COC-1377* Data da Certificação: 14/12/2004. Disponível em: <www.smartwood.org> Acesso em: 15 mar. de 2005.

REVISTA ELETRÔNICA CELULOSE ON LINE. São Paulo. *Artigos florestais*. Disponível em: <<http://www.celuloseonline.com.br>> Acesso em: 19 maio de 2005.

REZENDE, José L. Pereira; OLIVEIRA, Antônio Donizette. *Análise econômica e social de projetos florestais*. Viçosa: UFV, 2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBS. Revista eletrônica diária. *Artigos florestais*. Disponível em: <<http://www.sbs.org.br>>. Acesso em: 03 abr. de 2005.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBS. BRASIL. Leis, Decretos, etc. *Decreto Lei No 4.771, de 15 de setembro de 1965. Código Florestal Brasileiro*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 16 de set. 1965. Disponível em: <<http://www.sbs.org.br>>. Acesso em 02 abr. de 2005.

SOUZA, Aguinaldo José de. *Aspectos silviculturais e da qualidade da madeira de Eucalyptus spp que influenciam o processo de produção de celulose e papel no sul da Bahia e norte do Espírito Santo*. Monografia - Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Tecnologia de Celulose e Papel, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

VALVERDE, Sebastião Renato. *A contribuição do setor florestal para o desenvolvimento sócio-econômico: uma aplicação de modelos de equilíbrios multissetoriais*. 105 p. 2000. Tese (doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

